

Um ensaio sobre algumas concepções de infância: aproximações com o pensamento freiriano e o lugar da infância das classes populares

Franciele Clara Peloso*
Ercilia Maria Angeli Teixeira de Paula**

Resumo

Este ensaio teórico apresenta algumas concepções sobre a infância que emergiram ao longo da história e outras mais atuais. Discute como essas concepções podem estar influenciando o entendimento da infância no âmbito das classes populares. O ensaio também tenta aproximar a epistemologia de Paulo Freire com referenciais utilizados em estudos sobre a infância e a educação da infância com o objetivo de contribuir para o debate sobre a educação das crianças em classes populares.

Palavras-chave: Concepções de Infância. Classes populares. Epistemologia de Paulo Freire. Educação.

Introdução

O objetivo deste ensaio é apresentar algumas das concepções de infância que surgiram ao longo da história e, também, algumas das concepções mais atuais, para, em seguida, discutir como tais concepções podem estar influenciando o entendimento da infância no âmbito das classes populares. Recorre-se às idéias de Paulo

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Aluna especial do mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Rua: Ernani Batista Rosas 2785 – Jardim Carvalho Ponta Grossa - PR. E-mail: franciele_clara@yahoo.com.br

** Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa: graduação e pós-graduação, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, departamento de Educação. Praça Santos Andrade, s/n Centro 84010-790 - Ponta Grossa, PR - Brasil. E-mail: erciliapaula@terra.com.br

Freire sobre alguns aspectos que concernem à educação, como por exemplo: a autonomia, o processo de libertação das classes oprimidas e outros.

Ao longo da história, até o século XII, não havia uma concepção de infância. O surgimento de uma concepção somente se efetivou no século XVII, quando surgiu o sentimento da infância. As crianças passaram a ser tratadas com particularidades do ponto de vista biológico, entretanto eram consideradas “adultos em miniatura”. Os seus sentimentos e anseios não eram motivos de interesse.

Nas concepções atuais, a criança, no período da infância, é considerada como “ser” histórico-social, condicionada pelos fatores sociais, econômicos, culturais e, inclusive, políticos. Dessa forma, não pode estar descontextualizada e ser concebida segundo idéias preestabelecidas e hegemônicas das classes dominantes, haja vista que essas classes inseriram uma visão romanceada da infância, como um momento mágico, lúdico e com outras características irreais para as crianças de determinados contextos sociais. É o caso das crianças das classes populares menos favorecidas no que concerne, inclusive, aos aspectos econômicos.

Por fim, neste ensaio, indica-se um caminho de discussão em torno da infância da criança das classes populares, a qual que busca clarificar e compreender algumas visões históricas que ainda permanecem. E, ainda, orienta-se em concordância com a concepção da infância como “ser” histórico

social aproximando-a do pensamento de Paulo Freire. Mesmo que este autor não tenha abordado especificamente em seus escritos tal temática, entendemos que seu pensamento, por também ter uma intenção política, enquanto pensamento crítico, possibilita um entendimento mais abrangente e real da infância e das crianças das classes populares, pois as crianças, que fazem parte dessa infância que se apresenta negada e destituída de sua historicidade são impedidas de sua vocação ontológica: a humanização.

Algumas concepções de infância ao longo da história

Estudos realizados na área da infância comprovam que este período da vida permaneceu oculto até o século XII. Até mesmo as representações gráficas relacionadas à iconografia que ilustrava as crianças, com suas particularidades, não eram conhecidas. As crianças eram apresentadas e representadas como adultos em miniatura, sendo vestidas como adultos e expostas aos mesmos costumes destes. Não tinham um tratamento diferenciado, nem um mundo próprio; não existia nesse período o chamado “sentimento de infância”.

Ariès (1981) descreve que, mesmo não existindo um sentimento da infância, as crianças não eram abandonadas, negligenciadas ou mesmo desprezadas. A inexistência desse sentimento não era no sentido da falta de afeição, e, sim, no sentido de conceber a criança como um indivíduo com parti-

cularidades, as quais diziam respeito à diferenciação da criança e do adulto na forma de se vestirem, de falarem, de se expressarem, dentre outros aspectos.

Em decorrência, a criança ingressava no mundo adulto assim que apresentava condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de quem a assistia. Esse ingresso garantia à criança viver como um adulto sem se distinguir dele. Dessa forma, a infância era um período sem importância, era somente a espera da entrada na vida e nos costumes adultos. Essa concepção ou modelo de infância permaneceu por vários séculos. Os cuidados e mesmo a educação das crianças eram de responsabilidade unicamente familiar, sendo a figura materna a principal encarregada dessa tarefa.

A partir do Renascimento surgiram novas abordagens sobre a criança, bem como sobre a maneira como deveria ser cuidada e educada, porém apenas no século XVII o sentimento de infância, que contemplava a criança em suas especificidades, apareceria. Esta, então, passou a ser percebida como indivíduo singular, no sentido de ter sentimentos próprios, existindo, além da presença biológica, indivíduos agora contemplados em algumas de suas minúcias e detalhes.

Nesse período emergiu uma percepção da individualização do “ser” enquanto criança, de um modo particular, embora com algumas restrições. Essa faz menção à falta de oportunidade da criança em se colocar de uma forma crítica, pontual a respeito de sua existência. Isso tem referência numa outra

forma de organização social, a qual permitiu o desenvolvimento da criança de forma própria no que tange aos aspectos de ser e estar nessa sociedade. Essa nova organização social deu destaque à família nuclear, conservadora, marcada pelos laços parentais e patriarcais, que estabelecem a relação pai mãe e criança em sentido hierárquico.

Essa individualização do ser criança refere-se, nesse momento histórico, à percepção da criança como indivíduo, caracterizando-a como portadora de um mundo próprio, um mundo infantil. Seu mundo não era o mesmo do adulto, embora ainda tivesse muitas nuances da visão adultocêntrica que solicitava um *vir-a-ser*, sem permitir à criança *estar sendo*. Assim, era apenas projeção da criança para a vida adulta.

Nesse contexto, os pais começaram a preocupar-se com a educação das crianças e, a elas proporcionar um “mundo” próprio. Foi necessário estabelecer regras e normas que comportassem a sociedade vigente, o que se caracterizava como disciplinamento. Essa concepção de indivíduo levou a que a criança se tornasse alvo do controle familiar, bem como do meio no qual estava inserida, fato que favoreceu o surgimento da instituição escolar.

Dornelles (2005) afirma que a infância passou a ser vista com outro olhar, com uma educação voltada para a criança; conseqüentemente, estabeleceu-se uma outra forma de “governá-la”. Assim, o disciplinamento passou a ser oferecido pela família e pelas instituições de ensino, sendo conduzido de uma forma rígida e totalitária.¹

No século XVIII, mesmo com o processo de individualização, os estudos sobre a infância entendiam a criança como uma folha em branco, que precisava ser preenchida, ou seja, preparada para a vida adulta, pois, nesse momento, uma criança ignorante e indisciplinada representava o fracasso do “ser” enquanto adulto. Isso porque ainda não se compreendia a infância como um tempo de vida específico, a projeção continuava sendo o maior enfoque. Segundo Ghiraldelli, no século XVIII:

A infância é vista como uma fase negativa, que deve ocorrer, sim, mas que deve passar. Deve terminar para dar espaço para o aparecimento do adulto enquanto antítese da criança. A infância, nessa acepção, é a época da rebeldia, e então a criança deve ser conduzida da heteronomia a autonomia por meio de regras exteriores, postas pelos adultos (2006, p. 18).

Nesse referido período, denominado “modernidade”, foi marcante a necessidade de formação de um “novo homem”, que contemplasse as exigências da forma de organização social, que solicitava valores conservadores e morais. A sociedade passou a se organizar de acordo com o novo modelo e as crianças passaram a ser compreendidas como a possibilidade de formação deste “novo homem”.

Essa concepção de sociedade implicou transformações também no mundo do trabalho e nas relações de produção da vida material, tendo como conseqüência o surgimento das instituições de atendimento à infância

efetivamente no século XIX (OLIVEIRA, 2005).

A criança começou a ser reconhecida como um indivíduo social, inserida dentro da coletividade, onde a família demonstrava preocupação e interesse pela sua saúde e educação. Áries (1981) menciona que o período entre a Idade Média e os tempos modernos pode ser compreendido como fruto de uma caminhada em que os adultos “compreenderam a particularidade da infância e importância tanto moral quanto social e metódica das crianças[...]” (p. 193), porém esse reconhecimento se deu parcialmente.

As atuais concepções sobre a infância

A infância passou por momentos em que, historicamente, apresentou-se de forma oculta, sem valorização. Tornou-se, a partir de interesses externos, parte da história, ganhando espaço e importância perante a sociedade e na vida dos indivíduos adultos.

As atuais discussões sobre a infância voltam-se para aspectos que não eram contemplados nas concepções explicitadas anteriormente. Nessas discussões, (ARROYO, 2004; CORAZZA, 2002; DORNELLES, 2005; GHIRALDELLI, 2006; KRAMER, 2003; KUHLMANN JUNIOR, 1998; POSTMAN, 1999) são consonantes em afirmar que a criança precisa ser considerada como ser histórico e social, ou seja, um ser autônomo, já nesse período. Histórico e social porque a infância passa a ser concebida como um momento sin-

gular, provisório e transitório da vida, porém significativo e relevante. A criança é entendida como uma pessoa capaz de ter uma participação direta sobre o mundo em que se encontra. Kuhlmann Junior explicita:

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação feita por adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las como produtoras de história (1998, p. 31).

Pelo exposto, e em acordo com Oliveira (2005), pode-se dizer que “a infância, mais do que um período definido biologicamente, é uma categoria que surge ao longo das transformações da sociedade e se torna uma referência histórica, cultural e social” (p. 21). Assim, a concepção de infância é um fato, um princípio social e cultural, existindo simultaneamente num mesmo momento histórico diversas representações da infância e da própria criança.

Postman (1999) relata que a infância assume um aspecto singular, que vai se moldando de acordo com o cenário econômico, intelectual e até mesmo religioso de um determinado período. O conceito de infância é evidenciado historicamente e define-se pelas mudanças ocorridas nas formas de organização da sociedade, estabelecendo distintas classes sociais, nas quais existem variações no que diz respeito à infância e à criança.

Tal afirmação se faz pertinente quando, por um lado, no mundo todo é possível visualizar situações como o trabalho infantil, muitas vezes escravo, a exploração sexual, a prostituição infantil, a falta de atendimento referente à saúde das crianças, as dificuldades do acesso a uma educação de qualidade, dentre outros problemas. Por outro lado, existe uma outra concepção de infância, na qual há investimento para o desenvolvimento das crianças, há infra-estrutura no que diz respeito à educação, à saúde, aos esportes, ao lazer e também à preservação da integridade moral desse indivíduo.

Sobre isso, Franco (2002) afirma que, “sendo a infância uma construção histórica e social, é impróprio ou inadequado supor a existência de uma população infantil homogênea, pois o processo histórico nos faz perceber diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização” (p. 30). Pode-se dizer que a infância é um conceito sócio-histórico; logo, não compreensível se deslocado de sua realidade.

Apontamentos a respeito da infância nas classes populares e algumas aproximações com o pensamento freireano

Apresentadas a história e as concepções que norteiam os estudos sobre a infância, é possível perceber várias representações desse conceito. Dependendo do contexto social em que a criança está inserida, a conotação de infância sofre diferenciações. No

discurso social ou educacional identificam-se alterações no que diz respeito à formação de valores, os quais irão direcionar muitas vezes a postura do indivíduo perante a sociedade.

Arroyo (2004) explicita que a visão idealizada da infância deixa de fazer sentido na sociedade do progresso, embora o autor não compartilhe das concepções neoliberais dessa sociedade. Entretanto, nesse contexto, aponta que a infância necessita ser compreendida e concebida tal como se dá na realidade do momento histórico. As imagens reais da infância no mundo “moderno” são outras, e a sociedade ainda a contempla de acordo com uma imagem romântica e mágica. Essa imagem é disseminada por uma idéia de infância caracterizada como um período angelical, no qual é possível viver plenamente, e se tem qualidade de vida, no sentido de estar livre das preocupações denominadas “adultas”. No entanto, é evidente que essa descrição está ajustada somente a uma parcela da sociedade, esta formada pelas classes abastadas. Por isso, é importante o esclarecimento sobre as concepções de infância.

Franco (2002), numa de suas análises, em que busca compreender a infância e a criança, adverte que a história da infância esteve permeada por privação cultural, marginalidade social, econômica e, ainda, educativa. Assim, é pertinente situar a infância na contemporaneidade e saber quem é este “ser” criança no atual contexto socioeconômico.

Pelo citado, para que seja possível uma discussão sobre a infância e

sobre a criança é imprescindível considerar que, muito além do fator biológico, que aponta para características anatômicas e fisiológicas específicas à infância, cada contexto cultural é capaz de criar uma maneira particular de concepção a respeito deste tema. As formas de se relacionar com ela e o próprio papel dela na sociedade resultam de uma complexa rede de valores e regras predominantes no ambiente no qual está inserida.

Tecer uma discussão nesse nível é importante na medida em que as práticas não formais de educação têm se ancorado na disseminação de uma educação possível para todos, visando a uma melhoria no âmbito social, antropológico e cultural. A infância e as crianças das classes populares podem se mostrar como protagonistas desse campo de estudos. Consideramos, assim, e de acordo com as idéias de Freire (2002) voltadas para uma educação libertadora, aproximando-as à educação da infância, que as crianças dessas classes apresentam-se como “oprimidas” e, se forem reconhecidas e se reconhecerem como tal, poderão partir em busca de sua autonomia, a qual deve ser constante e exige o reconhecimento crítico da situação opressora.

Para essa busca da autonomia, no que concerne aos aspectos infantis, devem-se levar em consideração e respeitar as particularidades da criança, os seus estágios de desenvolvimento, seus anseios e suas percepções. Todavia, o respeito a essas particularidades não deve se contrapor ou mesmo inibir a busca da autonomia pela criança.

Nesse sentido, a criança precisa ser concebida e compreendida como *alguém que é e está sendo*. Acreditamos que a busca pela autonomia, motivada ainda na infância, pode desenvolver nas crianças senso crítico, consequentemente, levando-as a encontrar o seu “lugar” na sociedade e, ainda, a recuperar a sua humanidade destituída historicamente.

Compreender a criança como *alguém que é e está sendo* oportuniza afirmar, numa postura freiriana, que os homens, quando compreendidos dentro do mundo e num processo histórico de mudança, entendem-se e sabem-se inconclusos. Por isso, não aceitam uma realidade determinada, “entendem que para ser, tem que estar sendo” (FREIRE, 2002). Assim, dominam a consciência da sua consciência de ser e estar sendo no mundo, apropriam-se da realidade histórica e tornam-se capazes de transformá-la. Novamente, defendemos a idéia de que, se a criança tiver a oportunidade, desde a infância, de buscar a sua autonomia, sendo capaz de desmistificar e desvelar a realidade que lhe é própria, também será capaz de agir sobre ela, deixando de ser um objeto, um artefato.

Kramer (2003) explica que a infância e mesmo a criança das classes populares ainda são concebidas em termos abstratos, com base em padrões prefixados, que, na realidade, a criança não tem como acompanhar. É uma infância caracterizada pela falta, por aquilo que não é, que não tem e não conhece; uma infância fundamen-

talmente alimentada e compreendida pela negação de sua humanidade, muito semelhante à maneira como ocorria nos séculos anteriores.

Quando Freire (2002) fala sobre a educação bancária, é possível perceber um reflexo do que é elucidado no parágrafo anterior, pois os padrões prefixados são inculcados nas crianças das classes populares numa perspectiva antidialógica. Os opressores consideram os oprimidos pela falta; então, determinam o que é melhor para estes. “[...] juntam toda uma ação social de caráter paternalista, em que os oprimidos recebem o nome simpático de ‘assistidos’” (FREIRE, 2002, p. 69 - grifos do autor).

Se a infância é compreendida dentro da negação de sua humanidade, não é possível que se cumpra o que Freire (2002) menciona sobre o processo de humanização como vocação dos homens, visto que essa vocação é negada diante da injustiça, da exploração, da opressão e da violência dos opressores e, contrariamente, deve ser afirmada no “anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada” (p. 32). Na maioria das vezes: “os oprimidos, como casos individuais, são patologia da sociedade sã, que precisa, por isto mesmo, ajustá-los a ela [...]” (p. 69).

Pelo que foi exposto até aqui, cabe ressaltar que ainda no século XXI, no tocante à infância das classes populares, há a permanência do processo de *vir-a-ser* sem considerar o *estar sendo*. As crianças são obrigadas a viver num mundo adulto, preparadas para serem

adultos e amadurecer precocemente. Portanto, são condenadas a experiências drásticas. Quando as crianças são apenas uma “projeção” para a vida adulta, o processo de humanização da infância se perde, pois, ainda de acordo com Freire (2002), ninguém consegue ser, sem estar sendo.

Nesse contexto, em que também a infância é manifestada, ora apenas contemplando as características anatómicas da criança, ora ainda a doce ilusão de uma imagem idealizada e romanceada da infância, percebe-se a descaracterização da criança, uma vez que, diante desse cenário, ela pouco se diferencia do adulto. Cabe indagar se a infância das classes populares existiu, está desaparecendo, ou, ainda, que representação ela tem, já que a consideramos classe oprimida, pois é destituída de sua humanidade.

As pesquisas relacionadas a essa temática geralmente intentam saber e compreender o que é infância, esquecendo, ou mesmo omitindo, que existem crianças em situações de risco, hospitalizadas, que sofrem privações; crianças que vivem a sua infância ainda como a descrita por Áries (1981), sem acesso aos “mimos” da infância idealizada e monopolizada; que ainda não desfrutam desse, se assim se pode denominar, “tempo de vida”. Não que defendamos que as crianças devam receber o “mimos”, entretanto é importante promover o debate acerca da temática, para que a realidade das crianças das classes populares seja modificada e elas adquiram o necessário enquanto ser histórico e social.

A realidade dessas crianças está presente em noticiários, na mídia. Filmes como *Crianças invisíveis*, uma coletânea de sete curtas metragens patrocinada pelo Ministério das Relações Exteriores, e *Central do Brasil*, de Walter Sales Júnior, abordam explicitamente questões de negligência, exploração, fraqueza, tristeza e de contradições dos adultos, além de enfatizar temas transversais como a educação e a desigualdade.

A forma como a criança é mostrada contém imagens fortes, que cotidianamente passam despercebidas; imagens de crianças que têm as suas infâncias furtadas, ou que não têm direito a ter infância, vivendo expostas às grandes barbáries sociais. Perante tal cenário, o termo “infância” perde o seu significado... Quem é a criança? O que é infância?

Como já citado, as crianças das classes populares pertencem a um mundo onde existe uma imagem de infância da qual elas não fazem parte, na qual não se encaixam. Elas trazem uma nova imagem, não mais romanceada, e, sim, “real”. Muitas vezes, essa imagem real pode ocasionar uma “consciência necrófila”² da infância, pois, dentro da imagem preestabelecida, entende-se que infância e criança só são quando imersas num mundo de mimos e facilidades.

Por mais que se caminhe e se avance nos estudos sobre o tema, fogem ao entendimento as questões que concernem aos fatos sociais, em especial à infância que se apresenta oculta – e, não seria demasiado dizer que

esquecida, se comparada à imagem romântica e mágica.

É relevante considerar que a criança, mesmo adquirindo, durante a história, um papel singular, passando à condição de cidadã (ao menos na letra da lei), necessita ser compreendida como alguém capaz, *alguém que é e está sendo*. Logo, as políticas de atendimento direcionadas à infância também devem compreender, concretamente, a criança como alguém capaz de desenvolver a sua autonomia crítica. Se essa concepção for colocada em debate nos âmbitos sociais, é bem possível que a criança passe, além de ser pensada, a ter a oportunidade de agir como cidadã.

Convém que se faça uma leitura do contexto de vida das crianças das classes populares. Segundo Arroyo (2004), “carente de valores é a imagem que povoa nosso imaginário sobre os setores populares” (p. 152), sobre os quais as infâncias nos escapam, pois elas trazem marcas de seus esforços procurando recuperar a sua humanidade. Um dos caminhos seria ouvir o que essas crianças dizem a respeito de sua dor, da fome que sentem, da vida que levam, ou seja, tomamos emprestado o argumento de Freire (2002) para entender a criança como um ser que, enquanto é e está sendo, procura se resgatar e cumprir a vocação dos homens do *ser mais*.

Quanto tempo ainda essas crianças carregarão uma imagem negada, na qual a vida ou a forma de vivê-la ou, ainda, de perdê-la são provenientes dos padrões impostos pela socieda-

de? É possível encerrar essa discussão com as palavras de Miguel Arroyo, pesquisador brasileiro que se dedica à pesquisa das imagens, das auto-imagens e suas significações diante do contexto social:

Aproximar-mos dessa infância real poderá produzir-nos espanto desde que não deixe de produzir-nos esperança. Assim iremos construindo uma imagem mais real do que aquela que nos produzia apenas uma esperança melosa, ilusória. A infância real nos revela mais através de suas fraturas do que pelo brilho de cristal novo (2004, p. 88).

Tais palavras instigam à aproximação dos estudos referentes à infância relacionados às crianças das classes populares para se compreenderem a realidade e a significação de sua infância e agir com elas, no intuito de caminhar rumo a uma transformação social. No momento, as pedagogias sociais tendem para essa compreensão, entendendo que não é possível compreender o “ser” criança e o tempo em que vivem – a infância – de uma maneira singular se alheios às reais vivências muitas vezes dramáticas. Entendemos também, mesmo que de maneira inicial, que o pensamento freiriano é um dos mais significativos para que se cumpra o resgate da infância das crianças das classes populares. Freire tem uma visão crítica e histórica do ser humano no seu processo de humanização.

Sabe-se da abrangência do tema aqui discutido, entretanto espera-se com este trabalho contribuir para que novas e mais aprofundadas investigações sejam elaboradas e que pontos

ainda não clarificados tomem espaço em futuras discussões.

Referências

Abstract

An essay about some conceptions of childhood: approximations between Freire's thought and the place of childhood in the lower class

This theoretical essay shows some conceptions about childhood with emerged during the history and some newest ones. It discusses too how these conceptions could be influencing the understanding of the childhood among the ordinary citizen classes. The essay tries to make an approach the Paulo Freire's epistemology with others stands used on studies about childhood and Childhood's Education with the objective to contribute to the debate about Children's Education at ordinary citizen classes.

Key words: Childhood's conceptions. Ordinary citizen classes. Paulo Freire's epistemology. Education.

Notas

- ¹ Totalitária no sentido de uma educação autoritária. A criança continuava sem ter voz ou vez; seus anseios não eram levados em consideração; os adultos definiam o que era melhor para ela sem ao menos ouvi-la ou "estudá-la".
- ² Necrófila: destruição da vida, morte ontológica, que não ama a vida, nem a sua nem a do outro.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

ARROYO, M. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de mestres e alunos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CORAZZA, S. M. *Infância & educação: era uma vez - quer que conte outra vez?*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002

DORNELLES, L. V. *Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FRANCO, M. E. W. *Compreendendo a infância: como condição de criança*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GHIRALDELLI, P. J. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.

KRAMER, S.; LEITE, M. I. (Org.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.

KUHLMANN JUNIOR, M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

OLIVEIRA, M. S. (Org.). *Fundamentos filosóficos da educação infantil*. Maringá: Eduem, 2005.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Trad. de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

Recebido em maio e aprovado em junho de 2007.